

## Gênero, Sexualidade e Religiões

# Políticas de segurança para a comunidade LGBTQIA+ no Brasil e seus cruzamentos com a religião

Thiago Cesar Oliveira Kalil Modesto<sup>1</sup>

### Resumo

Na política brasileira há uma falha na aplicação de políticas públicas de segurança para uma população LGBTQIA+ marginalizada e insegura, vivendo a cada dia violências tanto de sujeitos que convivem em sociedade quanto algo abstrato como Estado e aparelhos institucionais. Cabe inferir que esse é um fenômeno social histórico, carregado de simbolismo, que se mescla no âmbito da religião, cultura e política. A metodologia utilizada neste trabalho, foi o estudo de caso buscando refletir sobre a situação da comunidade LGBTQIA+ na política brasileira e suas demandas por Políticas Públicas e cruzamentos com a religião.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; LGBTQIA+; Violência; Segurança; Religião.

### Abstract

In Brazilian politics there is a failure in the application of public security policies for a marginalized and insecure LGBTQIA+ population, experiencing violence every day both from subjects who live in society and from something abstract such as the State and institutional apparatuses. It is worth inferring that this is a historical social phenomenon, full of symbolism, which merges within the scope of religion, culture and politics. The methodology used in this work was a case study seeking to reflect on the situation of the LGBTQIA+ community in Brazilian politics and its demands for Public Policies and intersections with religion.

**Keywords:** Public policy; LGBTQIA+; Violence; Security; Religion;

## 1. INTRODUÇÃO

“Ódio é direcionado contra pretos, pobres e gays”, diz pai de jovem que foi assassinado após marcar encontro por aplicativo de relacionamento gay”(G1, 2024). Esse trecho tirado da notícia do site G1 sobre o assassinato de um jovem homossexual na cidade de São Paulo a partir de um encontro marcado por aplicativo de relacionamento, demonstrando o quão a comunidade LGBTQIA+ carece de políticas

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Graduando em Ciências Sociais - [thiago.modesto@uel.br](mailto:thiago.modesto@uel.br).

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate  
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

públicas de segurança.

Em uma perspectiva histórica, observa-se que desde a formação do Estado brasileiro esse grupo marginalizado foi excluído dos espaços públicos e visto pelas elites e pelas massas como um grupo de pessoas sem “dignidade humana”. Infere-se portanto, que o país tem uma LGBTfobia estrutural, pois as ideologias adentraram nas consciências da população e construíram uma moral que visa atacar constantemente essa parcela da sociedade (Machado, 2012).

Não obstante, quando a democracia chega em solo brasileiro, muitos movimentos sociais começam a emergir, e a luta pelos direitos da população gay também ganham forças e embasamento com o passar do tempo. No entanto, obstáculos como a hegemonia das elites conservadoras e a moral cristã instaurada no país, impedem com que certos temas relacionados a sexualidade e segurança cheguem nas agendas de governo e às agendas de decisões.

A Igreja católica atuou na formação do Brasil moldando as questões morais, ou seja, colonizou trazendo concepções como bom e mal nas mentes das populações que aqui estavam (Torres et al, 2018). Com a aproximação das elites locais com a Igreja, e pela manutenção do poder sendo feita a partir da instituição social do casamento, foram tomadas medidas para criminalizar qualquer orientação sexual que fosse diferente do heteronormativo.

Após essa contextualização, cabe ressaltar que Desde Rousseau (1974), a mistura da religião com a política é vista como um problema, pois os interesses particulares iriam se sobrepôr aos interesses da soberania do povo. No Brasil, às cicatrizes coloniais que ele carrega em si, são os arcaísmos políticos (Queiroz, 1989), em destaque o patrimonialismo. Esse modo de fazer política arcaico se dá quando os interesses privados se preponderam sobre os públicos, e com as discussões entre católicos e evangélicos, esse campo de lutas de interesses dentro do congresso e o desejo da ereção dos crucifixos e bíblias em casas legislativas, representaria os desejos particulares de grupos específicos e não de toda uma nação.

Assim sendo, esse trabalho discute a partir do estudo de caso com os levantamentos de bibliografias sobre estudos de políticas públicas de segurança para LGBTQIA+ no Brasil e relacionando eles com notícias atuais sobre assassinatos de pessoas desse grupo social, para evidenciar o quão o debate sobre a questão da

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate  
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

sexualidade e a segurança está emergente no país e carecendo de políticas de segurança.

## **2. SEXUALIDADE, SEGURANÇA E RELIGIÃO NO BRASIL**

Brasil, uma ex-colônia de um país ibérico da Europa com uma cultura Cristã Católica fervorosa, e com isso, começa a estruturação da LGBTFOBIA no país. Até meados do Século XIX, não existia a separação das moralidades do Estado e da religião, e o casamento tinha validade apenas perante a Deus. Assim, quando falamos de direitos da comunidade LGBT Brasileira, essa parcela foi rechaçada do espaço político durante séculos, pois a moral vigente dizia que a Homossexualidade e outras formas de amar eram pecados (Machado, 2012). Isto é, a formação do Estado brasileiro foi fortemente influenciada pela moral cristã, e seus regimes políticos desde monarquias, à alguns governos ditatoriais e outros ditos democráticos exerceram políticas de higienização da população estudada aqui.

Com isso, quando o Brasil para de ser império e passa a ser uma República, nota-se a separação entre Estado e Religião, e o nascimento de um Estado laico. No entanto, Tais mudanças da forma de governar o Estado nasceram atreladas a um sistema liberal Capitalista, em que polos de poderes como a Elite local e a igreja católica não podiam perder seu poder e influência na maneira de moldar a vida das massas. Desse modo, infere-se que muitos políticos, continuaram a influenciar o modo de vida e a moldar a ideologia da nação de acordo com os valores que iam contra as questões que saíam do padrão heteronormativo.

Na contemporaneidade, essa realidade continua presente, desde a criação da constituição de 1988. Observa-se nesse período, a forte presença de políticas neoliberais adentrarem na vida da população, e também o crescimento nas massas da extrema direita. Em contraposição, os movimentos sociais desde a década de 70 no país luta para dar direitos a população. Na década de 80 e 90 por exemplo, políticas públicas ligadas a problemática da Aids para a população gay foram significativas e fruto de movimentos populares. Concomitantemente a isso, o conservadorismo no Brasil não parou de existir, e sim a se reformular e fazer uma luta contra a vitória desses direitos. Desde 1992, a Homossexualidade não é mais considerada uma doença, mas até os dias atuais, ainda existem clínicas de cura gay

no Brasil.

## 2.1. Conceitualizando a Política Pública

Primeiramente, cabe ressaltar que a política pública não tem um único conceito. Além de ser um campo multidisciplinar, ela é um conjunto de decisões tomadas por atores políticos em uma situação específica. Desse modo, são ações que giram em torno do que o governo faz ou deixa de fazer (Ham et al, 1993).

Assim, ao olharmos para a temática sobre o gênero e sexualidade, mais especificamente, os debates a cerca da população LGBTQIA+ , nota-se que há políticas públicas no que concerne em decidirem não debater tais temas sobre segurança pública para essa parcela da sociedade. Ultimamente, observa-se que políticos que lutam pela causa do grupo foram eleitos, porém, o número é muito baixo comparado ao número de candiatos eleitos que flertam com o conservadorismo e são o neopentecostais. Sobre este último, é um grupo religioso que em sua ideologia política, abominam qualquer orientação sexual que fuja dos padrões heterossexuais.

Ainda dentro do campo das políticas públicas, tem o estudo da agenda. Ela é uma lista de temas que os atores governamentais demandam sua atenção por um período de tempo, e ela se divide em duas: agenda de governo e agenda de decisões. A primeira são os temas que são objetos de atenção do governo, ou seja, aquilo que desde as eleições os políticos já demonstram em suas campanhas políticas. A segunda, são os temas que estão na “mesa” decisória, isto é, eles serão filtrados a partir de diversos parâmetros desde viabilidade econômica e o atendimento dos políticos aos interesses de determinados grupos sociais.

A etapa de definição da agenda aqui é importante, pois é a partir dela que pode-se identificar quais temas são de atenção de tal grupo político eleito. Assim, quando se fala na etapa pré-decisória, precisa mostrar quem influencia sua definição. Assim sendo, sobre os temas que entrarão para a agenda de governo, temos atores denominados por Kingdom (2006) de visíveis e invisíveis. Os primeiros serão os políticos que ocupam cargos de grande visibilidade como presidentes, deputados e etc. Além dos meios de comunicação de massa. Os segundos, chamados de invisíveis, entram os acadêmicos, burocratas, funcionários do congresso. A partir disso, observa-se que o processo de definição da agenda e do que é definido como

problema e sua solução será feito pelos burocratas, que evidenciam quais demandas serão atendidas e quais serão colocadas na “lata de lixo”.

O Conceito elaborado pelo autor Kingdom de “lata de lixo”, significa em outras palavras, soluções para problemas que serão utilizados em um contexto diferente daquele em que foi formulado. Ainda sobre as agendas de governo e sua etapa pré-decisória, nota-se que ela é influenciada a partir de três dinâmicas: Dos problemas, das policy ou soluções e politics ou negociação.

Na dinâmica dos problemas, são utilizados indicadores, crises ou eventos foco para definir o fluxo de tal demanda, por exemplo, indicadores de taxas de homicídio de homens gays ou crises políticas como a polarização. Esses são fatos que influenciam o fluxo dos problemas na etapa pré-decisória. Na dinâmica das soluções, são elencados a viabilidade técnica para a implementação de tal política e a aceitação da comunidade, sendo assim, são levantados os custos e como o clima da população está em relação a tal problema que se encontra tentando ser solucionado. A última, é a das negociações, momento em que o humor nacional atual, as forças políticas organizadas e as mudanças de governos são dignas de atenção. Esta última, em alguns casos, mudam totalmente os problemas que serão objetos de atenções de atores políticos, como a mudança de governo que ocorreu nas eleições do Brasil de 2022.

A partir dessa contextualização feita a cerca do campo de estudos das políticas públicas, observa-se que desde a sua definição até seu tema sobre agendas cabe relacionar ao tema aqui estudado. No Brasil contemporâneo, nota-se que há diversas políticas públicas que vão contra a comunidade LGBTQIA+, como por exemplo, o simples fato de não estarem sendo feitas discussões a cerca desse tema, pois vale lembrar, uma política pública é aquilo que um governo decide ou não fazer.

No entanto, e felizmente, é possível enxergar uma luz nesse túnel escuro, quando percebe-se que um número suficientemente bom de candidatos a favor dos direitos da comunidade gay foram eleitos, como a deputada Erika Hilton.

Além disso, observa-se como o tema sobre os assassinatos de pessoas da comunidade LGBTQIA+ a partir de aplicativos de encontros em aplicativos de relacionamento não estão sendo discutidos como deveriam estar sendo, ou seja, os políticos não estão colocando este tema em suas agendas, deixando a sociedade

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate  
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

brasileira carente de tais políticas de segurança, enquanto os números de crimes de LGBTfobia só aumentam.

## 2.2. Os conflitos entre a sexualidade e a política brasileira

Em 2018, nota-se a Ascensão do bolsonarismo com uma ideologia de extrema direita forte o suficiente para legitimar a violência contra os LGBTQIA+. Jair Bolsonaro, por anos foi deputado no estado do Rio de Janeiro, um estado brasileiro que tem altos índices de políticos ligados a bancadas evangélicas pentecostais e de mortes por lgbtfobia. A partir disso, o bolsonarismo traz força para a bancada evangélica no congresso de um Estado que em tese seria laico. Nas últimas eleições, nota-se a quantidade de Pastores eleitos junto ao ex-presidente.

Assim, com a contextualização histórica da constituição do Estado brasileiro e sua relação com a moral cristã, cabe inferir que essa realidade ainda está presente e coloca obstáculos para a obtenção de políticas públicas de segurança para a população LGBTQIA+. “ Ser homossexual não é crime, mas é pecado”, essa fala foi dita pelo Papa Francisco em janeiro de 2023, e a partir dela cabe relacioná-la a realidade do Brasil. Quando um governo traz falas como “Deus, pátria e família”, a população que o elege serve a dois governos, o de Deus e o do Estado, ou seja, o privado prevalecendo pelo público, um ambiente propício para o Neoliberalismo fazer sua morada. Assim, para a manutenção do poder de uma elite evangélica pentecostal é preciso “endemonizar” a população e legitimar violências e mortes, e o rechaçamento na conquista de direitos em devoção a um Deus punitivo e aos valores de um bom cidadão.

“A cidadania é um conjunto de direitos e deveres de um indivíduo em determinado território” (Santos, 2000). A população gay conquistou direitos nas últimas duas décadas do Século XXI, como o direito civil de casar com a pessoa do mesmo sexo, e a criminalização da homofobia, mas observa-se que ainda em território nacional mesmo essa parcela da população tendo um conjunto de direitos ainda sofre com os altos índices de mortes por violência de gênero e sexualidade. Nessa mesma vertente teórica, o lugar se constitui a partir da identidade dos indivíduos que vivem em determinado território, isto é, ele é atravessado por questões de suas experiências humanas. No entanto, a população LGBT não se sente segura



em nenhum lugar no território brasileiro, um território marcado por uma homofobia estrutural, que se naturalizou no ambiente das ruas e dentro das casas. Assim, um homem gay, por exemplo, não se sente seguro nas ruas para existir e nem dentro de suas casas, ele é obrigado a lidar todo dia com a negação de seu ser como forma de subsistência, e quando é agredido, se pede ajuda policial, sofre mais violência em casos em que a polícia como um braço do Estado para governar a segurança, também é reflexo da homofobia institucionalizada (Costa, 2021). Conseqüentemente a isso, vemos questões psíquicas surgirem no ambiente dessa comunidade, como transtornos depressivos e de ansiedade, e que em alguns casos levam ao suicídio. Ou seja, sofrem violência não apenas física, mas moral.

Em meio a um mar de tantas dificuldades, existem raios de luz em meio a tempestades, como a eleição de candidatos favoráveis ao grupo estudado aqui em questão nas eleições de 2022. Isso dá esperança para uma população marginalizada e criminalizada historicamente dentro de um território.

Houve políticas públicas na política brasileira em relação a população aqui estudada, mas em seu começo, eram políticas de higienização. Foram criados guetos gays no Brasil para essa população. Ou seja, segregação espacial nos centros urbanos para regiões periféricas, e criação de manicômios para prender essa população que iam contra as propostas da elite e do sistema (Trevisan, 2018).

O caso marcante do hospital de Barbacena, foi uma das políticas de higienização. Chamado de “holocausto brasileiro”, ele representa a homofobia institucional e estrutural que existe no Estado, o que moldará o modo como a população enxerga a vida e como vive-la. Muitos integrantes da população LGBTQIAP+, foram presos nesses hospitais e viviam em situação de extrema miséria. Sendo construído um cemitério dentro desse hospital, por exemplo, para enterrar às pessoas que morriam por falta de direitos básicos a saúde. Não obstante a isso, a demonização da comunidade foi reforçada na pandemia da Aids, onde políticos e líderes religiosos diziam ser a “praga gay” ou o castigo pelos pecados. Concomitantemente, as lutas pelos direitos continuam e aumentam, mas, cresceu nos últimos anos a grande parcela de políticos evangélicos pentecostais que vão em contraposição de políticas públicas por segurança desse grupo social.

Assim sendo, é necessário na política brasileira a separação da política e da

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate  
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

religião. Em muitos casos, a igreja faz o papel que o Estado não faz, como por exemplo, dar direitos sociais básicos como moradia, alimentação e lazer às massas. Desse modo, estrategicamente, a política cristã ganha sua força e utiliza do Estado para moldar a vida da população com políticas de higienização e que excluí as minorias sociais.

Portanto, cabe a Secretaria Nacional de Segurança Pública às discussões acerca de intervenções em projetos de leis para que protejam mais a população LGBTQIAP+ que vive em vulnerabilidade. Assim sendo, quando pensamos em propostas de políticas públicas de segurança, não se fala apenas da prevenção contra a violência física, mas também suas múltiplas dimensões como a biológica, social, psicológica, cultural e econômica (Foucault, 2008). É necessário para a comunidade LGBTQIAP+ direitos sociais, civis e humanos que embarguem todas essas questões, no que concerne a segurança em sua forma total, ou seja, que ela seja governada nos diversos meios sociais.

Não obstante a isso, é importante a reeducação de policiais militares e civis. Esse nóculo da governança da segurança do Estado é atravessado por uma ideologia que perseverou da ditadura militar até os dias de hoje. O modo como os militares governavam a vida das pessoas dizendo o que deveriam pensar e fazer, e também a violência contra qualquer forma de expressão que fugisse de seu padrão de autoritarismo, enraizou-se na instituição social. A consequência dessa LGBTfobia institucional é a tortura a pessoas desse grupo social ou o descaso quando estas vão às delegacias prestar queixa (Costa, 2021).

Em relação às delegacias, seria interessante os estados e municípios brasileiros adotarem delegacias de atenção a população LGBTQIAP+. Essa proposta de política ajudaria a combater as violências e daria mais seguridade às denúncias por parte da população.

Além disso, essa governança e efetivação das políticas públicas de segurança não cabe apenas ao poder legislativo e executivo. Nota-se que parte das conquistas foi feita também por ONGs e pelo meio acadêmico que no século XXI passou a se dedicar mais nos estudos desse fenômeno social. Os movimentos sociais da comunidade LGBTQIAP+ ajudaram no final da década de 80 a conquista por políticas públicas de saúde para esse grupo social.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate  
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná



No entanto, cabe uma crítica a certos movimentos sociais que apenas visam inserir essa população no sistema capitalista e não tem um projeto para transformar a realidade social. Ao pensarmos sobre juventudes e diversidades, cabe inferir que as juventudes precisam se organizar e criarem projetos de sociedade em que o sistema capitalista possa ser superado.

A superação de tal sistema é necessária pelo fato de que ele chega ao Brasil como uma forma de colonização, separando seres humanos entre seres superiores e inferiores. Isso se da em temas como etnia, gênero e sexualidade. Com a chegada dos europeus, chega também o cristianismo nas américas, no caso do Brasil mais especificamente, o catolicismo adentra seu território, com a força de perigração, com o objetivo de catequizar, e se institucionalizar para fazer a manutenção de seu poder que na Europa estava enfrentando desafios como a reforma protestante (MADURO, 1981).

### 2.3. Uma formulação de políticas de segurança

A formulação de políticas públicas está ligada a um conjunto de instrumentos que visam uma boa formulação para resolver um problema que assola a comunidade. Essa parte do campo de estudos de políticas é importante, pois é daqui que os políticos utilizam técnicas para exercerem seu poder na sociedade. Assim, é nessa fase que as formulações de políticas de segurança para um grupo social marginalizado, promovem a partir do uso de ferramentas, a mudança social.

Capella (2018), vai utilizar o modelo NATO de Hood(1986) para definir essa fase. NATO significa respectivamente nodalidade, autoridade, tesouro e organizações. Em nodalidades encontra-se ferramentas para informações a cerca de um problema público, sendo utilizado aqui campanhas públicas á população para permitir a utilização de instrumentos baseados na comunicação pública. Na segunda, chamada de autoridade, olha-se para o Estado e o reconhece como o monopólio de poderes legais que derivam da sua estrutura, buscando influenciar ou mudar comportamentos dos indivíduos, como por exemplo, o governo impondo leis ambientais para indústrias com o fim de diminuir a emissão de gases de efeito estufa. Em terceiro, o tesouro estaria na capacidade que o Estado de atrair recursos financeiros como subsídios, taxas e impostos. E por último, a organização baseadas

em uma estrutura sob jurisdição governamental, por exemplo, o governo operacionalizando a saúde pública.

Esse modelo, nos dá uma proposta de como pensar políticas de segurança a comunidade LGBTQIA+. A partir das quatro definições, cabe a reflexão para a ação de campanhas públicas de sensibilização, utilizando da mídia para mostrar os desafios que essa população enfrenta diariamente além de elencar que as violências vão além de agressões físicas; implementação de leis anti-discriminatórias a esse grupo nas instituições, como por exemplo, em instituições públicas de ensino; com a parte do tesouro, destinando recursos para organizações que oferecem serviços de apoio a comunidade gay; e por fim, um centro de recursos que oferecem diversos serviços a essa população marginalizada, ou seja, uma organização ligada a estrutura governamental.

### 3. CONCLUSÃO

Em suma, cabe inferir que a adesão popular das massas e sua capacidade de organização e reeducação a partir da efetivação dos projetos, ajudaria o país no combate à violência, e a socializar uma população que foi rejeitada dos ambientes de convívios sociais. Desse modo, cabe uma reformulação da política brasileira no que tange a separação mais efetiva de Estado e religião. É preciso acabar com o despotismo pentecostal no senado, no qual governa de acordo com os seus interesses privados e contribui para a massificação da homofobia. Não longe disso, os movimentos sociais não podem dar a famosa “carta branca” a nenhum governo, por mais progressista que ele seja, pois isso enfraquece a luta por direitos. Enfim, são necessárias reivindicações contínuas, pois a política brasileira precisa pagar sua dívida histórica com os LGBT+, e uma das formas desse pagamento, seria a elaboração de políticas públicas de segurança e sua implementação

### REFERÊNCIAS

BRUNO DE AVELAR, Rezende. **Políticas de segurança no Brasil para pensar os direitos humanos de LGBT**. Tese, 2014.

CAPELLA, Ana. **Formulação de políticas públicas**. Coleção governo e políticas públicas. Brasília: ENAP, 2018.

COSTA, Ramon. **Entre taps e direitos - proteção de dados pessoais, privacidade e liberdade no aplicativo Grindr**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Direito, Juiz de Fora, 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Sujeito e poder**. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Tradução de Vera Porto Carreiro. Rio de Janeiro: Universitária, 1995.

HAM, Christopher et al. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas: UNICAMP, 1993.

HOOD, Christopher. **The Tools of Government: A Guide to the New Governance**. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 1986.

KINGDOM, John. **“Como chega a hora de uma ideia?” e “Juntando as coisas”**. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (org.). Políticas públicas: coletânea. Brasília: ENAP, Vol. 1, 2006.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Religião, cultura e política**. Rio de Janeiro, 2012.

METRÓPOLES. **Jovem é morto após marcar encontro em aplicativo de relacionamento**. Metrôpoles, São Paulo, 18 jul. 2024. Disponível em: <https://www.metrosoles.com/sao-paulo/jovem-e-morto-apos-marcar-encontro-em-aplicativo-de-relacionamento>. Acesso em: 29 jul. 2024.

RAMOS, Silvia; CARRARA, Sérgio. **Brasil: A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas**. Physis: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade (entrevista)**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

TORRES, Geovane Gesteira Sales; PEREIRA, Paulo Júnior Alves; LEITE, Maria Laís dos Santos. **Homossexualidade, segurança pública e violência: um estudo**

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate  
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

**qualiquantitativo dos índices de violência letal a homens gays no estado do Ceará.** Revista Gestão e Políticas Públicas, 2018.

ZEDNER, Lucia. **The Semantics of Security.** London: Routledge, 2009.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate  
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná